

Política

Efeitos políticos da crise econômica

O Ministro Ernane Galvêas, da Fazenda, admitiu há alguns dias, de maneira lacônica, que o governo federal estuda a tributação dos lucros de empresas do sistema financeiro. Galvêas afirmou que a maior tributação sobre os elevados lucros dos bancos "é idéia que pode ser adotada, mas depende da aprovação do presidente Figueiredo".

A posição do Ministro da Fazenda, com toda certeza, não lhe permite comemorar esta possibilidade de justiça fiscal, mesmo porque segundo ele a acumulação de ganhos por uma pessoa ou grupo provocaria o efeito demonstração. Vale dizer, que se determinado grupo ou pessoa puder realizar gastos e investimentos em ritmo substancialmente maior que outros, estará despertando naquelas que não dispõem das mesmas possibilidades o desejo de assim também agir.

Mas esta é uma questão filosófica, mesmo porque o Ministro da Fazenda sabe que a idéia germinou no Gabinete Civil e lá teve pareceres favoráveis de toda a assessoria de Leitão de Abreu composta por pessoas de profundo conhecimento jurídico. O Ministro Leitão de Abreu, pessoalmente, conversou sobre o assunto com Delfim Netto, com Ernane Galvêas e trocou idéias sobre a matéria com o presidente João Figueiredo. Ao contrário do que faz supor a declaração do Ministro, o assunto nasceu do Palácio e ali parece coisa decidida. Tão decidida que na quarta-feira assessores de Leitão de Abreu perguntaram a algumas pessoas se as novas posturas tributárias já haviam se tornado públicas.

A duplicidade de posições dentro do mesmo governo não é fato novo, nem poderia ser estranhável diante de assunto de tal relevância. Afinal de contas o sistema financeiro tem sido o grande privilegiado de 1964 até hoje. As muitas poupanças compulsórias manejadas pelo governo transitam com desembaraço pelos canais dos bancos particulares rendendo dividendo para seus proprietários. Isto não é novidade, novidade é o governo federal perceber que mesmo no momento de grave crise as instituições bancárias continuam ganhando. Aliás, na crise ganham ainda mais.

A simples menção a estudo desta natureza mostra que a complexidade da situação econômica brasileira está gerando seu último grande foco de tensão. Se os problemas econômicos martirizam de há muito a classe muito, tiranizam aqueles de menor renda, tornam a vida empresarial difícil, agora, finalmente, alcançam o setor bancário. Antes, os efeitos da crise tiveram o cuidado de passear pelo campo promovendo invasões e situações de confronto entre religiosos e autoridades governamentais.

Os componentes de crise externa e interna continuam vivos e sobre eles o governo praticamente não tem controle. O preço internacional do petróleo — agora estável — ainda corrói a debilitada balança de pagamentos brasileira e o surto de aumento dos juros no mercado norte-americano constituem o dado novo de desequilíbrio interno brasileiro. Sobre um e outro fenômeno, o governo brasileiro não tem qualquer possibilidade de interferência. Os problemas internos são conhecidos, desde a questão fundiária até os formidáveis problemas urbanos, passando pelos desníveis de renda.

Ingredientes semelhantes, apesar de a escala ser substancialmente diversa, conduziram forças políticas do país a um confronto de que resultou o fim da República Velha e o início da era Getúlio Vargas no país. Aqueles dias difíceis que se seguiram a crise da Bolsa de Nova Iorque em 1929 liquidaram as pretensões hegemônicas dos fazendeiros de café — o principal produto de exportação da época — e obrigaram a uma reordenação das forças internas. Isto aconteceu em trinta quando se entrecruzaram focos de crise interna e externa.

Nos dias de hoje, a julgar pelos pronunciamentos do presidente e de seus assessores mais próximos, nem as dificuldades econômicas impedirão que seja estabelecido no país um sistema democrático. A questão, portanto, parece ser mais política que econômica, embora a racionalidade dos sistemas financeiros esteja em cheque nos dias de hoje. A administração do grande contencioso em que se transformou o país demonstra que a desagregação da econômica gerou tais distorções sociais que somente uma arbitragem política pode gerenciá-los.

É curioso e ao mesmo tempo sintomático que um governo como o do presidente Figueiredo — a quem ninguém pode acusar de socialista — preocupe-se em taxar os elevados lucros das entidades bancárias. Pelo menos duas conclusões podem ser retiradas desta tentativa: primeira, a de que não há mais de onde tirar dinheiro, segundo, o efeito demonstração está acontecendo ao contrário — se ninguém pode ganhar muito dinheiro, por causa da recessão, este privilégio não será garantido a nenhum grupo, nem mesmo aos banqueiros.

André Gustavo Stumpf